

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 4 dias do mês de outubro de 2016, pelas 16:08 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 57/XIII/1.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 28 de setembro de 2016

2. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo PSD, para audição da Autoridade Nacional de Comunicações - ANACOM, sobre a Lei das Comunicações Eletrónicas

3. Metodologia e calendarização da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 29/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa.

4. Metodologia e calendarização da nova apreciação, na generalidade, em Comissão das seguintes iniciativas legislativas:

- Projetos de Lei n.ºs 179/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, 279/XIII/1.<sup>a</sup> (PEV) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, e 299/XIII/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Altera a Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto (Lei-Quadro das Entidades Reguladoras);

- Projetos de Lei n.º 250/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Confirma o Passe Social Intermodal como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico das respetivas coroas na Área Metropolitana de Lisboa e 286/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Consagra o "Andante", passe social intermodal da Área Metropolitana do Porto, como título em todos os transportes coletivos de

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

passageiros e atualiza o âmbito geográfico do respetivo zonamento e Projeto de Resolução n.º 467/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Recomenda ao Governo a promoção de um efetivo sistema de Transportes Intermodal nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

5. Fixação da redação final do decreto resultante da reapreciação do Decreto n.º 31/XIII - "Procede à primeira alteração aos Estatutos da Sociedade de Transportes Públicos do Porto, S.A., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, e à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, alterando as bases de concessão do sistema de metro ligeiro do Porto e os Estatutos da Metro do Porto, S.A.".

6. Outros assuntos

17:00

Audição da Secretária de Estado do Turismo, sobre a temática do turismo em geral e nomeadamente o encerramento da época de 2016

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 57/XIII/1.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 28 de setembro de 2016**

O Senhor Presidente da Comissão submeteu à votação a ata n.º 57/XIII/1.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 28 de setembro de 2016, que foi aprovada por unanimidade.

**2. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo PSD, para audição da Autoridade Nacional de Comunicações - ANACOM, sobre a Lei das Comunicações Eletrónicas**

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) apresentou o requerimento, apresentado pelo PSD, para audição da Autoridade Nacional de Comunicações - ANACOM, sobre a Lei das Comunicações Eletrónicas, sublinhando o exagero dos preços dos novos contratos pelos operadores.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) manifestou-se a favor do requerimento e de aproveitar para refletir sobre a Lei das Comunicações Eletrónicas.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) disse não ter nenhuma objeção ao requerimento.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) disse partilhar do objetivo do requerente, sublinhando a necessidade de refletir sobre possíveis brechas na Lei.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Hélder Amaral (CDS/PP) explicou que o CDS/PP também é favorável ao requerimento, após o que colocou à votação o requerimento para audição da Autoridade Nacional de Comunicações - ANACOM, sobre a Lei das Comunicações Eletrónicas, apresentado pelo PSD, que foi aprovado por unanimidade.

### **3. Metodologia e calendarização da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 29/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa.**

O Senhor Presidente da Comissão informou que a Proposta de Lei n.º 29/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa, baixou à Comissão para apreciação na

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

especialidade, recordando a necessidade de promover a consulta da Associação Nacional de Municípios Portugueses e, ainda, a consulta da ERSE, ponderando pedir pareceres por escrito ou presencialmente, em diálogo com o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) que disse preferir ver o parecer escrito antes de encarar a audição, o Senhor Deputado António Topa (PSD) que concordou com a intervenção anterior, e o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) que interveio no mesmo sentido, tendo-se gerado consenso para esta metodologia, ficando o prazo para apresentação de propostas de alteração de ser marcado depois de serem recebidos pareceres.

#### **4. Metodologia e calendarização da nova apreciação, na generalidade, em Comissão das seguintes iniciativas legislativas:**

- **Projetos de Lei n.ºs 179/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, 279/XIII/1.<sup>a</sup> (PEV) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, e 299/XIII/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Altera a Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto (Lei-Quadro das Entidades Reguladoras);**

- **Projetos de Lei n.º 250/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Confirma o Passe Social Intermodal como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico das respetivas coroas na Área Metropolitana de Lisboa e 286/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Consagra o "Andante", passe social intermodal da Área Metropolitana do Porto, como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico do respetivo zonamento e Projeto de Resolução n.º 467/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Recomenda ao Governo a promoção de um efetivo sistema de Transportes Intermodal nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.**

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão informou terem baixado à Comissão:

- os Projetos de Lei n.ºs 179/XIII/1.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, 279/XIII/1.ª (PEV) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, e 299/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera a Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto (Lei-Quadro das Entidades Reguladoras), para nova apreciação pelo prazo de 45 dias, que termina a 7 de novembro, questionando se os Grupos parlamentares pretendem propor audições e interrogando quanto ao prazo para apresentação de propostas de alteração.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) interveio, referindo-se à complexidade desta matéria que irá ficar para depois do calendário do OE/2017, e propondo a criação de um Grupo de trabalho para conseguir um texto único.

O Senhor Presidente da Comissão informou que a Conferência de Líderes fixou não haver reuniões de comissões durante o debate do OE/2017.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) concordou com a criação do Grupo de trabalho, perspetivando encontrar matérias comuns aos Projetos de Lei, que sumariou na generalidade como mais centrados nas remunerações (BE e CDS/PP) ou de âmbito mais vasto (PEV).

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) concordou com a constituição do Grupo de trabalho, mas vincando que não poderão reunir durante o OE/2017 por razões práticas.

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) deu o acordo ao Grupo de trabalho.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Presidente da Comissão referiu-se ao mapa de audições do OE/2017, já distribuído,

ficando o Grupo de trabalho de ser constituído com os Senhores Deputados António Topa, Carlos Silva e Fátima Ramos (PSD), Ascenso Simões, Carlos Pereira e Luís Moreira Testa, que coordenará (PS), Heitor de Sousa (BE), Pedro Mota Soares (CDS/PP), Bruno Dias (PCP) e José Luís Ferreira (PEV).

o Projetos de Lei n.º 250/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Confirma o Passe Social Intermodal como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico das respetivas coroas na Área Metropolitana de Lisboa e 286/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Consagra o "Andante", passe social intermodal da Área Metropolitana do Porto, como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico do respetivo zonamento e Projeto de Resolução n.º 467/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Recomenda ao Governo a promoção de um efetivo sistema de Transportes Intermodal nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto,

para nova apreciação pelo prazo de 30 dias, que termina a 23 de outubro, questionando se os Grupos parlamentares pretendem propor audições e interrogando quanto ao prazo para apresentação de propostas de alteração.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) perspetivou a respetiva votação no último Plenário antes do debate do OE/2017, com prazo para apresentação de propostas até final da próxima semana, em diálogo com

o Senhor Presidente da Comissão, gerando-se consenso para o prazo para apresentação de propostas até dia 14 de Outubro e discussão na semana seguinte.

- 5. Fixação da redação final do decreto resultante da reapreciação do Decreto n.º 31/XIII - "Procede à primeira alteração aos Estatutos da Sociedade de Transportes Públicos do Porto, S.A., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, e à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, alterando as bases de concessão do sistema de metro ligeiro do Porto e os Estatutos da Metro do Porto, S.A.".**

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Presidente da Comissão recordou que a redação final do decreto resultante da reapreciação do Decreto n.º 31/XIII - "Procede à primeira alteração aos Estatutos da Sociedade de Transportes Públicos do Porto, S.A., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, e à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, alterando as bases de concessão do sistema de metro ligeiro do Porto e os Estatutos da Metro do Porto, S.A." fora distribuída com a restante documentação para a reunião, após o que se gerou consenso para considerar a redação final fixada.

#### 6. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão deu várias informações:

- a audição do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão está prevista para dia 7 de outubro, 6.<sup>a</sup> feira, às 15 horas,
- a audição do Ministro do Ambiente, na sequência do requerimento do PCP, está agendada para dia 12 de outubro, às 10 horas,
- foi hoje distribuído o mapa com a proposta de audições regimentais para a 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa; para além das audições dos Ministros da Economia e do Planeamento e Infraestruturas está também prevista uma audição com a Ministra do Mar e outra com o Ministro do Ambiente, na sequência de ofício da Comissão ao SEAP.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) lembrou, na qualidade de Relator das Petições nº 35/XIII - Reclassificação de veículos em portagens e nº 110/XIII - Criação de valores de portagens adaptados para veículos de duas rodas, a insistência feita junto do Instituto da Mobilidade e Transportes - IMT para informações, sem resultado, ponderando fazer insistência ou ouvir o IMT, em diálogo com o Senhor Presidente da Comissão, no sentido de ser feita insistência já com hipótese de audição de alguém do IMT.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Pelas 16h40, a reunião foi interrompida até às

**17:00**

**Audição da Secretária de Estado do Turismo, sobre a temática do turismo em geral e nomeadamente o encerramento da época de 2016**

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas vindas à Senhora Secretária de Estado do Turismo, que usou da palavra de imediato, para uma intervenção inicial.

Terminada a intervenção inicial da Secretária de Estado do Turismo, assumiu a presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Virgílio Macedo.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Cristóvão Norte (PSD), Hortense Martins (PS), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e João Ramos (PCP), tendo a Secretária de Estado do Turismo respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), António Eusébio (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), João Ramos (PCP), Fernando Jesus (PS), António Costa Silva (PSD), Ascenso Simões (PS) e Hortense Martins (PS), os quais foram prestados em resposta conjunta pela Secretária de Estado do Turismo.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet, bem como a apresentação em PowerPoint feita pela Secretária de Estado do Turismo.

A reunião foi encerrada às 20:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.





**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

Palácio de São Bento, 6 outubro 2016.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 58/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Joel Sá  
José Rui Cruz  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
André Pinotes Batista  
António Cardoso  
António Topa  
Carlos Silva  
João Ramos  
José Luís Ferreira  
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia  
Paulino Ascensão  
Paulo Rios de Oliveira  
Ricardo Bexiga